

OS DILEMAS RURAIS E URBANOS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO BOM JARDIM - MUNICÍPIO DE ARAGUARI-MG

Nelson-Ney Dantas Cruz – Bolsista CNPq
cruzdageo@yahoo.com.br

Rossvelt José Santos – Prof. Orientador
rossvelt@ufu.br

Introdução

A modernização tecnológica vivenciada pelo meio rural brasileiro desde as últimas décadas do século XX provocou profundas alterações nas formas de organização do trabalho, como nos escreve SILVA (1999, pág. 3): "(...)tanto na indústria, como na agricultura, as novas tecnologias já estão não só alterando profundamente as formas de organização do processo de trabalho, conforme mencionado anteriormente, mas também reduzindo a escala mínima necessária da atividade econômica e redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial". O capital empresarial financiou a modernização agrícola dos estabelecimentos patronais, introduzindo nesses espaços máquinas de alta tecnologia para plantio, manutenção e colheita nas lavouras empresariais. Suas conseqüências representaram uma nova configuração do espaço rural, que SILVA (1999, pág. 01), irá definir como um transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Outros autores como OSÓRIO E SIQUEIRA (1999, pág. 75), irão escrever que na contemporaneidade o rural e o urbano devem ser entendidos como um contínuo, devido ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais à agricultura. Neste contexto, o nosso trabalho tem como objetivo analisar as condições produtivas e estruturais do assentamento Bom Jardim, localizado no município de Araguari-MG. Em nossos estudos procuramos caracterizá-lo como espaço rural, bem como discuti-lo a partir das precariedades infra-estruturais presentes no assentamento, as quais são frutos de políticas que sempre privilegiaram o "rural urbanizado" dos latifúndios monocultores.

Os resultados são parte das reflexões teórico-conceituais presentes em obras que tratassem do assunto. Também realizamos várias idas ao assentamento para visitar o maior número de famílias assentadas e aplicar o DRP (Diagnóstico Rural Participativo) por meio do Diagrama de Venn.

O "Novo Rural" teorizado por José Graziano da Silva nos mostrou que a mecanização introduzida no meio rural retirou das grandes lavouras o trabalho braçal de milhares de trabalhadores que moravam na periferia das grandes e médias cidades e expropriou pequenos produtores rurais dos espaços de comercialização, sendo estes monopolizados pelas agroindústrias. Porém, ainda hoje (2005), as formas tradicionais de produção agrícola em pequenas propriedades ainda persistem e, nos Assentamentos de Reforma Agrária estão se apresentando como uma das alternativas para geração de renda das famílias e como tais, anunciam possibilidades de sobrevivência. No Assentamento Bom Jardim, a produção agrícola é obtida por meio de uma mescla de técnicas antigas e tecnologias atuais, como é o caso do uso de sementes híbridas de milho cultivadas com esterco de curral. No entanto, no assentamento, a energia

elétrica, o transporte e os meios-de-comunicação, ainda são precários e restringem o desenvolvimento agrícola. Como nos escreve SILVA (1999, pág. 01), as principais características que dão ao espaço rural o título de urbanizado é o aparecimento de atividades não-agrícolas, bem como a industrialização da agricultura. Isso nos confere atribuir ao Assentamento Bom Jardim o título de espaço essencialmente rural e agrícola. Com relação aos assentados, as condições em que as famílias estão submetidas, derivam diretamente das políticas governamentais inadequadas para a Reforma Agrária, as quais geram graves comprometimentos à manutenção do assentado. Por essas razões, considera-se que é urgente a geração e aplicação de políticas próprias que atendam as especificidades dos assentamentos de Reforma agrária. Portanto, apesar de FERNANDES (2001, pág. 230) concluir que os assentamentos estão contribuindo para o desenvolvimento de economias locais e regionais, entendemos que os assentamentos precisam ter suas funções repensadas para que políticas públicas adequadas atendam às necessidades destes produtores.

Rural e Urbano: algumas reflexões

As transformações sofridas pelo meio rural brasileiro nos últimos anos origina-se com a expansão do capitalismo no campo e pela introdução de altas tecnologias no processo produtivo. A divisão do trabalho nesse espaço permitiu a redução da mão-de-obra utilizada e expulsou muitos trabalhadores rurais para a periferia das cidades, cujo trabalho oferecido nas lavouras se configurava como a principal fonte de renda dessa camada da população. Uma grande parcela de pequenos produtores rurais também foi afetada por não conseguir acompanhar a modernização empregada nas grandes propriedades rurais, que por esse motivo tiveram que migrar para as cidades.

A infra-estrutura urbana empregada no meio rural, principalmente nas grandes propriedades rurais, tornou-se um dos principais suportes para que o campo acolhesse novas tecnologias de produção agropecuária. A eletrificação rural, como sendo uma política agrícola do Governo, foi um dos suportes necessários que possibilitou o uso de novas tecnologias. Ao mesmo tempo em que viabilizou a utilização de novas técnicas de irrigação em grandes lavouras comerciais, também contribuiu para o fortalecimento e expansão da agroindústria. Neste momento, houve, novamente, a reafirmação da grande propriedade rural como espaço prioritário de investimentos públicos no campo, e nesse período teve grande contribuição do capital industrial urbano. No em que se presenciou a modernização do rural brasileiro, cultivou-se a idéia de que somente os elementos do urbano podem trazer o progresso. Quando recorremos à história, vemos que no século XVII já se tinha a visão de que somente as cidades representavam o desenvolvimento. O rural era utilizado como sinônimo de precariedade, falta de infra-estrutura e fruto de como espaço isolado. De acordo com SILVA (1999, pág. 03) “A dicotomia urbano/rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII (...)”. Nesse período, o urbano passa a ser identificado como o lugar do progresso pelo crescimento das fábricas, e o rural, como atraso, representando a ordem anterior vigente. Ainda hoje (2005), esta visão tem prevalecido na sociedade e

norteado as políticas Estatais para o campo. Desta maneira, muitos espaços rurais têm adquirido infraestrutura própria do urbano e, cada vez mais, alterado as características que lhe conferem o título de rural. A partir daí, a pluriatividade se desenvolve no campo como alternativa de geração de renda para milhares de pequenos proprietários rurais que encontram na atividade não-agrícola uma maneira de continuar sobrevivendo no campo, já que não conseguiram modernizar sua agricultura como as empresas rurais. De acordo com SILVA (1999, pág. 32) “Podemos dizer que o mundo rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. O meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e “novos” tipos de ocupações”. Isto, porque a intervenção de políticas públicas no meio rural e a introdução de altas tecnologias alterou a dinâmica no campo, sendo este não mais considerado somente como ofertador essencial de produtos agrícolas, mas como um setor que oferece o turismo, o lazer e demais produtos considerados não-agrícolas. Estes, por sua vez, dependem de características do urbano, principalmente aquelas que condicionam conforto ao morador da cidade, como energia elétrica, água encanada e outros recursos. Estas características promovem a dinâmica da atividade não-agrícola, pois o público consumidor, que reside na cidade, exige o conforto que a mesma oferece para que ele possa consumir tais produtos.

A intervenção de políticas urbanas no rural tende a aproximar essas duas realidades, mas ainda não é suficiente para desenvolver o campo em sua totalidade. As políticas de modernização rural brasileira não contemplaram as particularidades que este espaço oferecia, o que também tem ocorrido atualmente. Quanto ao imóvel patronal, este continuou sendo produtor essencial de gêneros alimentícios, tendo à sua disposição altas tecnologias. Quanto ao pequeno estabelecimento agrícola, este teve de inverter sua funcionalidade para continuar existindo no meio rural através da mudança de atividade. É através destes aspectos que a infra-estrutura própria do urbano não é capaz de gerar a reprodução e manutenção do espaço rural em sua totalidade, já que cada espaço possui sua particularidade. De acordo com a política implantada no rural, este irá alterar sua dinâmica econômica, produtiva e cultural, podendo aproximar-se ou distanciar-se do meio urbano. O estreitamento dessas relações entre os dois meios não dependem de políticas generalizadas, sendo que seus laços podem ser fortalecidos através de outros caminhos, ou seja, pela introdução de infra-estruturas não consideradas essencialmente urbanas, já que cada espaço apresenta características exclusivas e graus variados de relação com a cidade. As peculiaridades de cada segmento agrícola exigem políticas próprias, cuja dinâmica independe da infra-estrutura oferecida pelo urbano. Nesse sentido, a melhoria da comunicação e dos transportes de acesso à cidade, bem como o fornecimento de energia elétrica à população rural e demais políticas, deveriam ser encaradas como propostas secundárias ao desenvolvimento do campo. Nas relações econômicas, as pequenas propriedades rurais ainda possuem um papel fundamental em abastecer a cidade com gêneros alimentícios, exigindo que sua funcionalidade não seja alterada para que a mesma continue produzindo o que sempre produziu. Desse modo, as intervenções no campo se tornam cada vez mais incompatíveis com a necessidade específica de cada setor. E é nesse sentido que muitas políticas de desenvolvimento não obtêm resultados satisfatórios, pois apresentam propostas que não correspondem às especificidades locais.

O rural nos assentamentos de Reforma Agrária

A Reforma Agrária tem trazido consigo uma séria de problemáticas que, de certa forma, estão aliadas ao desenvolvimento do campo por políticas agrícolas que não são compatíveis aos espaços dos Assentamentos rurais. Isto por que estes territórios têm criado suas próprias particularidades, em que o distanciamento do urbano e de suas Instituições tem contribuído enormemente para construção de seu espaço. O que podemos observar é que os assentamentos da Reforma Agrária apresentam características essencialmente rurais e que suas famílias beneficiadas não gozam de infra-estruturas que fazem parte do cotidiano urbano. A interdependência em relação à cidade e ao que ela oferece tem-se constituído um desafio para os que moram nos assentamentos. A ausência de órgãos públicos no meio rural, bem como a falta de infra-estrutura própria do urbano, tem submetido os assentados a um alto grau carências, sendo que estas relações não estão se dinamizando apenas no âmbito da produção agrícola, ou seja, através da comercialização de gêneros alimentícios. As condições precárias na área de saúde e saneamento básico também têm contribuído para aproximar as relações entre rural e urbano. Mas, apesar de serem interdependentes, os territórios rurais, em especial o dos assentamentos, não tem apresentado uma continuidade como abordado nas reflexões de OSÓRIO E SIQUEIRA (1999, pág. 75). Quando observamos suas realidades, vemos que muitas contradições estão presentes nessas novas unidades agrícolas e que estas não apresentam características essencialmente urbanas. É necessário conceituar o rural a partir da observação de cada localidade em particular, sem generalizações de conceitos. A complexidade que estes espaços apresentam nos levaram a analisar as condições estruturais do Assentamento Bom Jardim, que se localiza na região do Triângulo Mineiro, em que encontramos diversos elementos que o caracterizam como espaço essencialmente rural e agrícola. Analisemos, a partir daqui, alguns elementos de ordem estrutural, como falta de energia elétrica, ausência de água tratada e encanada, tecnologia obsoleta no processo de produção agrícola, limitações dos recursos naturais, precariedades nos transportes e ausência de atividades não-agrícolas. Consideraremos também alguns elementos de ordem política, como a “distância” dos órgãos públicos em relação ao assentamento. A nossa reflexão partiu dos resultados do DRP (Diagnóstico Rural Participativo). Através do DRP foi possível conhecer o grau de relação dos assentados com as instituições externas a eles. Através da participação coletiva dos produtores elaboramos um diagrama para demonstrar o grau de interação de instituições externas com a comunidade. Este método é denominado “Diagrama de Venn”, e nos permitiu avaliar a relação entre comunidade e órgãos públicos e privados, bem como as necessidades decorrentes do nível de participação das instituições no assentamento.



Partindo da descrição da realidade estrutural do Assentamento Bom Jardim, foi possível identificar as principais precariedades e elementos que o definem como

espaço exclusivamente rural. A energia elétrica como recurso indispensável à cidade e ao seu funcionamento, ainda não é um direito adquirido por uma grande parcela de população residente no campo, estendendo-se também ao Assentamento Bom Jardim. No próprio Assentamento, a energia elétrica, contribuiria para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, já que as belezas naturais presentes em muitos lotes e no conjunto do território do Assentamento poderiam impulsionar atividades relacionadas ao lazer ou ao turismo. Já no processo produtivo este recurso contribua para incorporação de novas tecnologias na agricultura, como por exemplo, tecnologias de irrigação. Mas isto não seria mera consequência do acesso à energia elétrica pelos Assentados. Fica evidente que outras deveriam implementadas nestes espaços, pois a introdução da infra-estrutura urbana no meio rural não iria satisfazer as carências econômicas e sociais, já que contribuiria apenas para caracterizar o rural como sendo um contínuo do urbano. Desta forma, os conceitos adotados pelos órgãos públicos, nos quais o espaço rural do município é aquele que está fora do perímetro urbano, deveriam ser repensados para redefinirmos as políticas de governo. O que tem ocorrido, como nos diz SILVA (1999, pág. 05) é que “ (...) as políticas rurais continuam a ser direcionadas basicamente a reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico)”. Porém, o que vivenciamos nos assentamentos, demonstrou que essas políticas rurais não estão priorizando os produtores rurais. Pela observação da paisagem foi possível conhecer as condições estruturais a que os assentados estão submetidos, levando-nos a refletir sobre outras questões. Abaixo, as imagens registram cenários de algumas residências do assentamento Bom Jardim:

Foto 01: Casa do lote nº 37. Autor: CRUZ,
Nelson Ney Dantas, 2005.



Foto 01: Casa do lote nº 14. Autor: CRUZ,
Nelson Ney Dantas, 2005



Ambas as casas não possuem energia elétrica e estão semi-acabadas, refletindo uma realidade de várias

carências do assentamento. Outro elemento que não faz parte deste contexto é a água encanada. O abastecimento hídrico do assentamento tem-se realizado precariamente, já que a escassez deste patrimônio natural vem limitando o seu uso no setor doméstico e no setor produtivo. Foi constatado que o volume de água dos córregos, nascentes e poços não são suficientes para abastecer todos os moradores do assentamento, visto que suas águas estão poluídas e apresentam baixo volume de vazão. Para sanar esta dificuldade alguns assentados utilizam água das nascentes de lotes vizinhos ou de córregos mais próximos. Mas o problema principal não tem sido a falta de água, mas o não tratamento da mesma. Dessa maneira, tem ocorrido o aparecimento de doenças características do consumo de água não-tratada. Um outro problema detectado refere-se ao saneamento básico. A precária situação das fossas sépticas e dos banheiros improvisados tem comprometido a qualidade das águas de cisternas, nascentes e córregos. Em muitos casos não há banheiros dentro da própria residência, sendo estes construídos no quintal, geralmente próximos às cisternas d'água. A foto ao lado nos mostra um banheiro externo característico em vários lotes do Assentamento Bom Jardim. Estas situações de extrema carência diferem o rural do urbano e nos revelam que o espaço rural dos assentamentos continua a margem de políticas que solucionem suas deficiências e promovam a qualidade de vida.

Foto 03: Banheiro em dos lotes Assentamento Bom Jardim. Autor: SILVA, Ana Cristina Cruz, 2005.

Mesmo nestas condições, os assentados ainda conseguem resistir na terra e desenvolver práticas agrícolas, ainda que de forma precária. É neste segmento produtivo que medidas voltadas exclusivamente para o rural deveriam ser implementadas. No Assentamento Bom Jardim a oferta de produtos agrícolas tem se realizado de maneira marginal aos mercados consumidores. As práticas agrícolas antigas e técnicas atuais conjugam-se no mesmo processo produtivo em que o cultivo de sementes híbridas de milho, feijão e arroz é realizado com plantio manual e com uso de esterco bovino. Neste processo, a mecanização da agricultura dos assentamentos está contida apenas no processo de preparação do solo, sendo o plantio e a colheita realizados manualmente. Analisando as formas de comercialização de seus produtos agrícolas, detectamos que existe um alto grau de dependência em relação aos atravessadores que compram seus produtos. A qualidade poderia ser melhorada a partir de políticas específicas, mas na condição em que são produzidas, contribui para sua informalidade nos mercados consumidores urbanos, ocultando ainda mais a figura do agricultor assentado. A reestruturação deste processo produtivo deveria contar com políticas direcionadas para os assentados e não somente para maquiagem situações que não se resolvem apenas pela concessão de créditos. Mesmo à margem de modernas tecnologias, as atividades agrícolas continuam sendo um importante setor na geração de renda familiar e, ao mesmo tempo, relevante para manutenção de famílias no meio rural. A implementação de atividades não-agrícolas poderia representar uma ruptura drástica na cultura dessas populações rurais. Em primeiro lugar, a viabilidade de realização de atividades não-agrícolas poderia alocar recursos para implantação de infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento, porém, os

assentados não possuem habilidades para desenvolver tais atividades. Em segundo lugar, os assentados deveriam contar com o suporte de assistência técnica adequada ao desenvolvimento desse novo negócio, já que suas habilidades fazem parte de uma história de trabalho no campo. É importante entender que os assentamentos têm contribuído para inserção de produtos agrícolas no mercado interno, seja ele de âmbito local ou regional. A adoção de propostas para uma Reforma Agrária voltada para o segmento não-agrícola dependeria da vocação de cada região e de cada assentamento. Por essas razões, não podemos generalizar o que SILVA (1999, pág. 133) nos diz: “(...) no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais caráter estritamente agrícola (...)”. Mesmo com as dificuldades na produção, na venda e na organização coletiva em torno da produção agrícola, os agricultores assentados ainda são essenciais à diversificação e disponibilidade de alimentos no meio urbano. Sem uma política de efetivo auxílio à produção e comercialização de produtos da pequena propriedade rural, o mercado de alimentos sofrerá decréscimos em qualidade e quantidade.

É importante ressaltarmos que a Reforma Agrária tem multiplicado as pequenas propriedades rurais no Brasil, porém, não tem oferecido suporte necessário ao seu crescimento e desenvolvimento econômico. Os assentamentos criados na região do Triângulo Mineiro estão sendo implantados em áreas degradadas, de solos pouco férteis e, na maioria dos casos, improdutivo. Essas fazendas desapropriadas para Reforma Agrária já haviam sofrido um uso intensivo do solo pela pecuária ou pela monocultura do arroz, do café, da cana-de-açúcar ou de algodão. Sem se modernizar, estes latifúndios não conseguiram cumprir a chamada Função Social da Terra, ficando suscetíveis à desapropriação por interesse social para execução da Reforma Agrária. Desse modo, o território em que se encontram as famílias assentadas tem exigido técnicas próprias para produção agrícola e agropecuária. É nesse sentido que a interferência dos órgãos públicos no meio rural deve se concretizar na promoção do desenvolvimento agrícola, tanto pela exigência natural dos solos, quanto pela vocação dos agricultores assentados. A realidade presente no Assentamento Bom Jardim demonstra claramente o descaso que os órgãos públicos tem em relação a este espaço. A ausência ou deficiência do Estado tem provocado o isolamento das famílias assentadas e dificultado os acessos em relação à cidade. Em primeiro lugar, podemos citar a falta de transporte para os agricultores, suas famílias e seus produtos agrícolas. E em segundo lugar, a ausência de tecnologias de comunicação que facilitem o contato com outras localidades. Isto vem demonstrar que os investimentos para o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais, principalmente os assentamentos, ainda é insuficiente. O descaso do governo municipal em resolver essas questões também pode estar no fato de que o Imposto Territorial Rural (ITR) não é totalmente arrecadado para os cofres públicos do município. Esses impasses revelam que as relações do assentamento com instituições públicas tem se realizado distantemente, o que contribuiu para caracterizar o espaço da Reforma Agrária como essencialmente rural.

No Diagnóstico Participativo os Assentados listaram as principais entidades que interagem com o Assentamento, bem como aquelas que não se relacionam freqüentemente, porém, possuem grande importância para eles. As entidades de representação de sua categoria como o Sindicato Rural e a Associação do Assentamento Bom Jardim, são as Instituições mais próximas e que apresentam

importância no envolvimento de suas famílias. Já as entidades do governo municipal, se mantém a distância, mesmo assim, consideram-nas como de grande relevância para sua comunidade. Os órgãos federais estão entre os considerados mais importantes, porém, não estão entre as Instituições de maior interação e participação na vida dos assentados. Com esse método reforçamos a constatação de que o espaço rural dos assentamentos têm apresentado necessidades de estabelecer parceiros Institucionais que contribuam concretamente em sua gestão e desenvolvimento. Neste caso, os órgãos parceiros seriam extremamente importantes no processo de incorporação de infra-estrutura e ao mesmo tempo fundamentais ao desenvolvimento da agricultura com introdução de instrumentos e habilidades. A ausência de participação institucional nos Assentamentos reforça o direcionamento das políticas governamentais para os estabelecimentos patronais monocultores. O que observamos na Associação do Assentamento Bom Jardim é que suas necessidades comuns não têm fortalecido a organização coletiva em busca de reivindicações que desenvolvam a dinâmica de seu espaço rural. A luta individual dos beneficiários da Reforma Agrária tem conduzido ao enfraquecimento de suas reivindicações pós-conquista da terra. A desarticulação coletiva vivida pelos agricultores assentados não é capaz de promover mudanças significativas no seu espaço rural, nem alterar as estruturas produtivas postas pela precariedade a que estão submetidos. As conquistas e as reivindicações por melhorias estruturais no campo não dependem das ações isoladas, mas exigem uma representação coletiva de todos os trabalhadores assentados. Enquanto isso não ocorre, os assentamentos continuam reféns de sua própria condição social, sendo impedidos de alterarem sua funcionalidade para atividades não-agrícolas e ao mesmo tempo dependentes da falta de tecnologia na agricultura.

Considerações Finais

Para entender a realidade rural nos Assentamentos de Reforma Agrária é preciso conhecer sua dinâmica estrutural, os modos de vida de seus sujeitos e as relações sociais que estes estabelecem dentro e fora de seu território. O conhecimento da realidade do Assentamento Bom Jardim demonstrou que as políticas de desenvolvimento do rural ainda são um desafio para as Instituições públicas, e que estas devem ser repensadas. Considerar o campo como sendo um contínuo do urbano não trará benefícios para os pequenos estabelecimentos rurais, pois estes, principalmente os da Reforma Agrária, necessitam de outras políticas que desenvolvam as vocações locais, que em nossa análise demonstrou ser a produção agrícola. Em outros aspectos, tanto a cidade quanto o campo necessitam de políticas de inclusão social, o que demonstramos ao descrever e analisar a realidade estrutural do Assentamento Bom Jardim. Quanto ao processo produtivo, não devemos encarar o rural como um espaço onde somente sobrevivem aqueles que são capazes de alterar profundamente as suas capacidades produtivas. Ainda existe um mundo rural agrícola que gradativamente tem se recriado e resistido aos processos modernos que o capitalismo introduziu no campo. Portanto, a história de luta e resistência que os Agricultores Assentados vêm construindo, demonstra que a Reforma Agrária procura contemplar as

especificidades sócio-espaciais e culturais dos assentados, os quais tem características próprias e que, conseqüentemente, deve se constituir como prioridade das políticas governamentais.

Bibliografia

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão Agrária em sua nova configuração sócio-econômica, Política e Territorial.** In: CASTRO, Iná Elias de. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G. (orgs) Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 223-231.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

MARQUES, M. I. M. . **O conceito de espaço rural em questão.** Revista Terra Livre, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

OLIVEIRA, Victor Pereira de . **Repensando o rural sob o prisma das urbanidades, em Nova Friburgo-RJ.** In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia-GO. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia-GO : AGB/Universidade Federal de Goiás - UFG, 2004.

PONTE, K. F. . **Repensando o conceito do rural.** Revista Nera, UNESP, v. 01, n. 01, p. 30-42, 2004.

SIQUEIRA, D. E. ; OSORIO, R. . **O conceito de rural.** In: VI Seminário Internacional - CLACSO, 1999, Recife. América Latina iniciando el 2000: Relaciones Internacionales y Cultura, 1999.